



Considerando o Decreto nº 1.232 de 30 de agosto de 1994 que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.651, de 28 de setembro de 1995, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a necessidade de se intensificar a vigilância da Raiva no Estado do Maranhão, que é o Estado brasileiro com maior número registrado de casos humanos desta doença infecciosa aguda de elevada letalidade; e

Considerando o fato de que o LACEN/MA neste ano de 2014 foi transferido para um novo prédio no qual disporá de um local exclusivo e adequado às análises de raiva, resolve:

Art. 1º Fica autorizado repasse financeiro de investimento do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde do Maranhão para equipar o laboratório de raiva do Laboratório Central do Estado (LACEN/MA).

Art. 2º O recurso de que trata o artigo anterior refere-se a um incentivo perfazendo um investimento total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), em parcela única.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobre de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007 e nº 3134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 7º O crédito orçamentário de que trata esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Ação 10.305.2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde - no Plano Orçamentário 000C, "Coordenação Nacional do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública".

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.135, DE 23 DE MAIO DE 2014

Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de média e alta complexidade do Estado do Rio Grande do Norte e Município de Natal (RN).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 2.351/GM/MS, de 5 de outubro de 2011, que altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.300/SAS/MS, de 23 de novembro de 2012, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e altera atributos referentes a nome, descrição e habilitação dos procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.883/GM/MS, de 4 de setembro de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do Rio Grande do Norte e aloca recursos financeiros para sua implementação; e

Considerando a Portaria nº 394/SAS/MS, de 20 de maio de 2014, que habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) Tipo II no Estado do Rio Grande do Norte, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos, no valor total de R\$ 2.628.000,00 (dois milhões e seiscentos e vinte e oito mil reais), a serem disponibilizados ao limite financeiro de média e alta complexidade do Estado do Rio Grande do Norte e do Município de Natal.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Natal (RN).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0024 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0004 - Rede Cegonha.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 1.136, DE 23 DE MAIO DE 2014

Suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios e Estados que não cadastraram os serviços de vigilância sanitária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e não alimentaram regularmente o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 3462/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, que estabelece critérios para alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando a Portaria nº 475/GM/MS, de 31 de março de 2014, que estabelece os critérios para o repasse e monitoramento dos recursos financeiros federais do Componente da Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, para Estados, Distrito Federal e Municípios, de que trata o inciso II do art. 13 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos do Bloco de Vigilância em Saúde transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pelo monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), para manutenção do repasse dos recursos do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência dos recursos financeiros do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde, da competência financeira dos meses de maio a agosto de 2014, para Estados e Municípios irregulares no monitoramento realizado em 22 de abril de 2014, conforme abaixo:

I - Municípios sem cadastro do Serviço especializado de Vigilância Sanitária no Sistema Nacional de Cadastro de Serviço de Saúde (SCNES), conforme anexo I a esta Portaria; e

II - Municípios com situação irregular quanto a informação da produção da vigilância sanitária dos meses de outubro a dezembro de 2013 e janeiro/fevereiro de 2014, apresentando 3 (três) meses consecutivos sem informação no SIA/SUS, conforme anexo II a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

| Anexo I - Municípios irregulares quanto ao CNES |           |
|---|-----------|
| AMAZONAS  | Cód. IBGE |
| Ipixuna   | 130180    |
| Itamarati                                       | 130195    |
| TOTAL AMAZONAS                                  | 2         |

|               |           |
|---------------|-----------|
| BAHIA         | Cód. IBGE |
| Canápolis     | 290610    |
| Itanhém       | 291600    |
| Morpará       | 292160    |
| Serra Preta * | 293040    |
| TOTAL BAHIA   | 4         |

|                        |           |
|------------------------|-----------|
| MINAS GERAIS           | Cód. IBGE |
| Antônio Prado de Minas | 310310    |
| Cana Verde             | 311190    |
| Delfim Moreira *       | 312110    |
| Ingai                  | 313080    |
| Minduri                | 314190    |
| Piraúba                | 315130    |
| Santana do Manhuaçu    | 315890    |
| Senador Firmino        | 316570    |
| TOTAL MINAS GERAIS     | 8         |

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| PIAUI                   | Cód. IBGE |
| Santo Antônio de Lisboa | 220940    |
| TOTAL PIAUI             | 1         |
| RONDONIA                | Cód. IBGE |
| Corumbiara              | 110007    |
| TOTAL RONDONIA          | 1         |

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| RIO GRANDE DO SUL       | Cód. IBGE |
| Boa Vista do Sul        | 430225    |
| Pinhal Grande           | 431447    |
| Pinto Bandeira          | 431454    |
| Sentinel do Sul         | 432035    |
| Sertão Santana          | 432055    |
| Tramandaí               | 432160    |
| Xangri-lá               | 432380    |
| TOTAL RIO GRANDE DO SUL | 7         |

|                      |           |
|----------------------|-----------|
| SANTA CATARINA       | Cód. IBGE |
| Pescaria Brava       | 421265    |
| TOTAL SANTA CATARINA | 1         |

|                         |           |
|-------------------------|-----------|
| TOCANTINS               | Cód. IBGE |
| Oliveira de Fátima      | 171550    |
| Ponte Alta do Bom Jesus | 171780    |
| TOTAL TOCANTINS         | 2         |
| TOTAL BRASIL            | 26        |

\* Os dois municípios destacados apresentam-se regulares quanto a produção do SIA-SUS para o período analisado mas o cadastro no CNES está irregular.

| Anexo II- Municípios irregulares quanto ao SIA-SUS |           |
|--|-----------|
| ACRE   | Cód. IBGE |
| Bujari   | 120013    |
| Feijó  | 120030    |
| Mâncio Lima  | 120033    |
| Plácido de Castro                                  | 120038    |
| Rodrigues Alves                                    | 120042    |
| Senador Guimard                                    | 120045    |
| Xapuri   | 120070    |
| TOTAL ACRE   | 7         |

|                        |           |
|------------------------|-----------|
| ALAGOAS                | Cód. IBGE |
| Belo Monte             | 270090    |
| Estrela de Alagoas     | 270255    |
| Girau do Ponciano      | 270290    |
| Olho d'Água das Flores | 270570    |
| Olho d'Água do Casado  | 270580    |
| Olivença               | 270600    |
| Porto Real do Colégio  | 270750    |
| São Luís do Quitunde   | 270850    |
| Satuba                 | 270890    |
| Taquarana              | 270910    |
| TOTAL ALAGOAS          | 10        |

|                           |           |
|---------------------------|-----------|
| AMAZONAS                  | Cód. IBGE |
| Anamá                     | 130008    |
| Beruri                    | 130063    |
| Boa Vista do Ramos        | 130068    |
| Careiro                   | 130110    |
| Codajás                   | 130130    |
| Envira                    | 130150    |
| Fonte Boa                 | 130160    |
| Guajará                   | 130165    |
| Ipixuna                   | 130180    |
| Itamarati                 | 130195    |
| Jurua                     | 130220    |
| Jutaí                     | 130230    |
| Manaquiri                 | 130255    |
| Maraá                     | 130280    |
| Nhamundá                  | 130300    |
| Nova Olinda do Norte      | 130310    |
| Novo Airão                | 130320    |
| Pauini                    | 130350    |
| Santa Isabel do Rio Negro | 130360    |
| Santo Antônio do Içá      | 130370    |
| São Paulo de Olivença     | 130390    |
| São Sebastião do Uatumã   | 130395    |
| Silves                    | 130400    |
| Tonantins                 | 130423    |
| Uarini                    | 130426    |
| Urucará                   | 130430    |
| TOTAL AMAZONAS            | 26        |

|                  |           |
|------------------|-----------|
| AMAPÁ            | Cód. IBGE |
| Calçoene         | 160020    |
| Cutias           | 160021    |
| Ferreira Gomes   | 160023    |
| Laranjal do Jari | 160027    |